

Capítulo II

Contribuições da Antropologia e da Psicanálise

sobre o Incesto e o Abuso Sexual Infantil

*“Gostamos de sentir que somos
membros de uma espécie.”*
(Bardley Trevor Greive)

2.1 - Incesto e Tabu para a Antropologia e para a Psicanálise

“Sem dúvida a história é o nosso mito. Ela combina o 'pensável' e a origem, de acordo com o modo através do qual uma sociedade se compreende”. (Michel de Certeau).

Neste capítulo, queremos refletir sobre os caminhos que levam os homens a transgredirem as leis e as normas do social, colocando-os sempre diante do limite. Desta forma, sentimo-nos atraídos pela contribuição que o conhecimento antropológico pode trazer para a busca de um melhor entendimento do sofrimento humano. Do ponto de vista metodológico, acreditamos ser importante indicar o caminho que fazemos ao longo desta reflexão sobre o tabu do incesto, localizando os autores que norteiam nossa reflexão. Partiremos de Freud e de outros autores da psicanálise e também de Lévi-Strauss, no campo da antropologia. O próprio Lévi-Strauss partiu de observações feitas por Freud sobre as mais diversas formas de parentesco, ampliando suas investigações para além dos objetivos psicanalíticos. Também lançaremos mão de outros autores, como Lienhardt e Mullahy, visando ampliar o foco sobre o conceito de incesto, seguindo o que aponta a pergunta abaixo: "O tabu do incesto não expressa apenas a força da lei, mas, sobretudo, o império do desejo. Por que proibir o que não se quer?" (Augras, 1989:27).

Sabemos que psicanálise e antropologia não concordam completamente em relação ao tema do tabu do incesto, mas que convergem em múltiplos pontos, como veremos ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

O psicanalista francês Nathan (1997), resume a questão relativa à proibição do incesto, afirmando que na psicanálise, para o funcionamento psíquico, "tudo começa por um *proibido*", enquanto na antropologia acredita-se que para o funcionamento cultural "tudo começa por uma *doação*."

Já Levy e Nissenbaum (1998) mostram que a concepção estruturante de Édipo proposta por Freud vai ao encontro da de Lévi-Strauss, pois faz da interdição do incesto a lei universal e única para que a cultura se diferencie da natureza.

"Como Freud em *Totem e Tabu*, Levi-Strauss está preocupado em explicar a passagem natureza-cultura, o momento em que o homem se torna *homo sapiens* e assim mantém no mundo da cultura sua marca. Em Levi-Strauss, a passagem se dá quando o grupo instaura a primeira lei que é universal e particular ao mesmo tempo: o tabu do incesto. Este é o momento da ordem, da lei, da cultura. Em Freud, a passagem se dá quando o homem se torna um animal monogâmico, o que é constantemente reafirmado pelo mito (...)." (p.115).

Aqui estaremos tratando de dois campos teóricos que abordam a antiquíssima questão que acompanha a humanidade desde que o mundo é mundo, ou seja, o tabu do incesto e sua transgressão. Precisamos lembrar que o tabu é estruturante para toda e qualquer sociedade; como nos mostra Freud em "O Mal-Estar na Civilização" (1930): "Os preceitos do tabu constituíram o primeiro 'direito' ou 'lei' " (p.121). Os dois campos teóricos concordam em relação a este ponto e dão ao tema uma grande relevância.

Sendo assim, gostaríamos de utilizar a interdisciplinaridade que o tema permite, buscando focar esta função (estruturante) que o tabu desempenha em todos os tecidos sociais, como verificamos nas palavras de Augras:

"(...) a transgressão tem papel tão importante quanto o tabu, para a manutenção da organização social. Enquanto o tabu delimita, a transgressão ultrapassa. Mas ambos são imperativos.

Se não pode haver transgressão sem tabu, a recíproca parece verdadeira. Não há tabu sem transgressão." (p.56).

Nosso intuito é o de examinar as diferenças entre essas abordagens, refletindo sobre a contribuição de cada uma dessas visões na construção do

conceito de incesto. Indagações a respeito do incesto como tabu norteiam nosso percurso como psicanalista, tendo sido importante situá-lo historicamente ao longo da obra de Freud.

Quando estudamos o incesto na vertente psicanalítica o eixo situa-se em torno da questão do tabu do incesto e de sua importância para a estruturação psíquica do ser humano. Mas o que faz com que alguma coisa seja considerada tabu? Freud (1913) nos diz que tabu é uma palavra de origem polinésia e que possui duas significações opostas: a primeira delas refere-se à sua conotação de sagrado ou consagrado e a segunda diz respeito ao seu aspecto inquietante, perigoso, proibido ou impuro. Grant (2000) vem contribuir para nossa reflexão sobre tabu quando resume o conceito, afirmando que:

"O conceito, pois, de tabu envolve uma noção de proibição de relacionamento com pessoas, objetos ou lugares determinados em decorrência do caráter supostamente sagrado dessas pessoas, objetos ou lugares. (...)

Retomando a questão do tabu do incesto, podemos dizer, (...), que ele se caracteriza por ser uma prática sexual instituída desde há muito tempo como proibida, proibição essa não atrelada a um código escrito." (p.66).

Freud, no clássico "Totem e Tabu" (1913), nos possibilita ampliar o conceito de incesto para além da consangüinidade, ao mencionar por exemplo, as restrições que alguns povos da região do Nilo tinham no contato entre sogras e genros ou até mesmo na forma como tratavam a questão entre os animais. Puniam o incesto até quando ocorria entre os animais domésticos, provando que a proibição pode estar localizada em outro lugar, sem deixar de estar presente.

Continuando suas reflexões, o autor indaga sobre qual seria a fonte do horror ao incesto, rejeitando uma explicação simples, baseada no instinto. E argumenta:

"Explicá-lo pela existência de uma antipatia instintiva pelas relações sexuais com os parentes consangüíneos - ou seja, apelando para o fato de que *existe* um horror ao incesto - é claramente insatisfatório, porque a experiência social mostra que, a despeito desse suposto instinto, o incesto não é um fato fora do comum mesmo em nossa sociedade atual e a história nos fala de casos em que o casamento incestuoso entre pessoas privilegiadas era na realidade a regra." (p.149).

Freud, ainda em "Totem e Tabu", propõe a hipótese de que numa pequena comunidade em tempos passados (tribo primordial) teria acontecido uma experiência muito elucidativa da dinâmica parental. Esta comunidade era chefiada por um pai violento e ciumento, que mantinha todas as mulheres guardadas para ele e expulsava da horda os filhos adolescentes. Sendo assim, os filhos expulsos, que não estavam de acordo com esta determinação, reuniram-se em bando, mataram e comeram o pai. Ao devorarem o pai, cada um dos irmãos realizou seu desejo de identificação com ele. Mesmo que tenham comido o pai, que se colocava no meio de suas necessidades e desejos sexuais, os filhos também o amavam e admiravam. Depois que o pai morreu eles entraram em contato com o remorso e a culpa. Aquilo que o pai os impedia, eles impuseram a si próprios, erigindo uma interdição psíquica que equivalia à obediência aos desejos do pai morto. Com a morte do pai, cada irmão tornou-se rival dos demais pela posse de todas as mulheres. Uma luta entre os irmãos teria destruído sua nova organização. Para se preservarem, instituíram a proibição do incesto, abrindo mão das mulheres que desejavam¹².

Reafirmando que não existe uma relação de evidência entre incesto e transgressão a um tabu, Freud procura localizar a proibição (e o horror à transgressão) em uma "poderosa base prática".

¹² Para a antropologia, as colocações de Freud neste texto não podem ser confirmadas por estudos de campo e pertencem à chamada antropologia pré-clássica. Contudo, os psicanalistas sustentam que essa seria uma visão rasa de Freud. A narrativa de "Totem e Tabu" não deveria ser examinada em sua concretude, mas como um mito.

"Os desejos sexuais não unem os homens, mas os dividem. Embora os irmãos se tivessem reunido em grupo para derrotar o pai, todos eram rivais uns dos outros em relação às mulheres. Cada um queria, como o pai, ter todas as mulheres para si. (...) Assim, os irmãos não tiveram, outra alternativa, se queriam viver juntos, - talvez somente depois de terem passado por crises perigosas - do que instituir a lei contra o incesto, pela qual todos, de igual modo, renunciavam às mulheres que desejavam e que tinham sido o motivo principal para se livrarem do pai." (Freud, 1913:172).

Estudar os mitos permite-nos melhor compreensão sobre as relações interpessoais, por isso lançamos mão de observações que Fromm fez na introdução do livro de Mullahy (1978) sobre a questão, possibilitando ampliar a reflexão sobre a relação dos mitos com os tabus.

"O mito, como o sonho, é a "estrada real" para a compreensão de processos inconscientes, como Freud afirmou; a Psicanálise é "o" método de compreensão dessas criações do inconsciente do homem. O teste de compreensão dos processos inconscientes, por parte de qualquer psicólogo, reside em sua capacidade para entender a linguagem simbólica. E o teste da validade de qualquer sistema psicanalítico está em sua capacidade para dar nexos às produções simbólicas." (p. 19).

Mullahy em seu livro "Édipo: Mito e Complexo – Uma Crítica da Teoria Psicanalítica", escrito em 1948, pretende combinar uma exposição do mito e do complexo de Édipo com uma apresentação abrangente da teoria psicanalítica. Aproveitaremos de seu trabalho algumas contribuições no que se refere às funções do mito e suas relações com os impulsos, com o interdito e com o incesto.

No mito, os impulsos primitivos se manifestam de forma disfarçada, não sendo em geral referidos diretamente à raça humana, mas imputando tais impulsos a seres sobre-humanos, a misteriosos corpos celestes, a deuses ou a heróis e semi-deuses. Talvez seja esta a razão por que o mito representa uma forma crua de conhecimento sobre a natureza e, ao mesmo

tempo, envolve certas qualidades humanas que completam sua forma. Contudo, como acentua Mullahy, "é a contenção dos afetos humanos que fornece a força para formação do mito." (p.116).

Podemos prosseguir nossa reflexão, instrumentados pela leitura de Mullahy, e afirmar que os mecanismos da formação inconsciente de fantasia e também os de criação de mito servem não só para reter e obter prazer das ações, desejos e pensamentos que seriam originariamente destinados à inibição e ao recalque, mas também podem recusar as experiências desagradáveis e dolorosas que uma dura realidade impõe ao homem. O significado do mito pode ser compreendido da seguinte maneira: os conflitos psicológicos da criança, seus sentimentos ambivalentes em relação aos pais e a outros membros da família, suas relações complexas na família fornecem o motivo principal do mito e formam a essência da tradição mítica. O desenvolvimento de mitos, para o autor, retrata as relações sociais do indivíduo na família e a relação da família no social.

Queremos estar atentos para a visão de Almeida Prado (1992) sobre a relação esclarecedora que ela estabelece entre psicanálise e o mito:

"O mito é a procura do tempo perdido e a psicanálise, esta forma moderna da técnica xamanística, tira, segundo Lévi-Strauss, seus caracteres particulares do fato de não haver, na civilização mecânica, lugar para o tempo mítico a não ser no próprio homem." (p.19).

Como sabemos, Freud utilizou um mito grego, Édipo, para dar conta dos principais fundamentos da teoria psicanalítica. Nos "Sonhos sobre a morte de pessoas queridas", o autor, em 1900, resume a versão de Sófocles:

"Édipo, filho de Laio, Rei de Tebas, e de Jocasta, foi enjeitado quando criança porque um oráculo advertira Laio de que a criança ainda por nascer seria o assassino de seu pai. A criança foi salva e cresceu como príncipe numa corte estrangeira, até que, em dúvida quanto à sua origem, também ele interrogou o oráculo e foi alertado para evitar sua cidade, já que estava predestinado a assassinar seu pai e receber sua mãe em casamento. Na estrada que o levava

para longe do local que ele acreditara ser seu lar, encontrou-se com o Rei Laio e o matou numa súbita rixa. Em seguida dirigiu-se a Tebas e decifrou o enigma apresentado pela Esfinge que lhe barrava o caminho. Por gratidão, os tebanos fizeram-no rei e lhe deram a mão de Jocasta em casamento. Ele reinou por muito tempo com paz e honra, e aquela que, sem que ele o soubesse, era sua mãe, deu-lhe dois filhos e duas filhas. Por fim, então, irrompeu uma peste e os tebanos mais uma vez consultaram o oráculo. É nesse ponto que se inicia a tragédia de Sófocles. Os mensageiros trazem de volta a resposta de que a peste cessará quando o assassino de Laio tiver sido expulso do país.

Mas ele, onde está ele? Onde se há de ler agora? O desbotado registro dessa culpa de outrora?

A ação da peça não consiste em nada além do processo de revelação, com engenhosos adiamentos e sensação sempre crescente — um processo que pode ser comparado ao trabalho de uma psicanálise — de que o próprio Édipo é o assassino de Laio, mas também de que é o filho do homem assassinado e de Jocasta. Estarrecido ante o ato abominável que inadvertidamente perpetrara, Édipo cega a si próprio e abandona o lar. A predição do oráculo fora cumprida." (edição eletrônica, sem paginação)

Vemos o tema reaparecer, num conhecido conto de fadas, "Pele de Asno", do século XVII. Trazemos a versão de Nissenbaum e Levy do conto de Perrault (1628-1703), que fala de um rei poderoso, feliz com sua amada esposa e filha e que possuía um asno, que ao invés de sujar sua palha, deixava no forro um punhado de moedas de ouro. Contudo, um dia a rainha adoeceu subitamente. Sentindo que ia morrer, disse ao esposo: "Só se case novamente quando encontrar uma princesa mais bela e mais virtuosa do que eu. Prometa-me". A rainha tinha exigido tal juramento por não acreditar que houvesse, no mundo, alguém capaz de se igualar a ela e assim estaria segura de que o rei jamais voltaria a se casar. Passados uns meses, já estava o rei à procura de uma esposa que estivesse de acordo com o juramento. Um dia, o monarca começou a perceber que sua filha não apenas era extraordinariamente bela, como sua inteligência e encanto ultrapassavam os da rainha, sua mãe. Isso despertou no rei um amor tão violento, que ele não pode escondê-lo da menina e declarou-lhe que havia decidido desposá-la.

Ao ouvir tal pedido, a princesa ficou muito triste. Foi procurar sua madrinha, uma fada para ajudá-la. Foram necessárias várias tentativas de pedidos diferentes para afastar a possibilidade da união, mas em vão: a madrinha sugeriu à princesa que pedisse ao pai três vestidos: o primeiro da cor do tempo, o segundo da cor do luar e o outro da cor do sol. Os três pedidos foram satisfeitos e, então, a madrinha lhe disse para exigir do pai o que havia de mais valioso no reino: a pele do asno das moedas de ouro. O pai apaixonado mandou sacrificar o animal e deu a pele a sua filha, que ficou desesperada. A fada sugeriu-lhe que fugisse e se escondesse na pele do asno para não ser reconhecida.

Assim seguem os autores:

"A princesa seguiu caminhando até que conseguiu empregar-se num curral de uma quinta, porque sua aparência era horrorosa. Aos domingos, quando podia descansar um pouco, trancava-se no quarto, libertava-se da pele, abria sua mala e se vestia com seus belos vestidos.

A quinta onde Pele de Asno trabalhava pertencia a um rei poderoso, que tinha um filho. A moça, um dia, o viu e se apaixonou por ele. Numa tarde de domingo, o príncipe passava perto do quarto de Pele de Asno e, ao olhar pela fechadura, viu uma jovem belíssima, usando um vestido muito rico. Ficou totalmente apaixonado pela moça. O príncipe voltou ao palácio e procurou saber quem morava naquele quarto e foi informado de que tratava-se de Pele de Asno, um "bicho nojento". Ele implorou apenas uma coisa: que Pele de Asno lhe fizesse um bolo, sem demora. Ao saber do pedido, a moça foi para o quarto, tirou a pele, lavou as mãos e fez o tão desejado bolo. Juntou à massa um anel de esmeralda, para que o príncipe o encontrasse.

O jovem apaixonado comeu todo o bolo e ficou satisfeito ao encontrar o anel. Porém, continuou triste e fraco. Os médicos disseram que o rapaz sofria de mal de amor. Resolveram, então, que o príncipe devia se casar. Este, ao saber da decisão dos médicos, afirmou que somente se casaria com a moça em cujo dedo aquele anel coubesse.

Todas as jovens do reino foram chamadas para experimentar o anel. Somente Pele de Asno ainda não havia aparecido. O príncipe, desanimado, pediu que a chamassem. Antes de ir ao palácio real

experimentar o anel, a princesa vestiu, por debaixo da pele de asno, um de seus lindos vestidos. No palácio, o príncipe pediu-lhe que estendesse a mão, para colocar-lhe a jóia, em cujos dedos o anel de esmeralda se ajustou com perfeição. Neste instante, a pele de asno caiu no chão, e a linda princesa apareceu.

O rei e a rainha ficaram muito felizes e convidaram os reis de todos os lugares para o casamento do filho. O mais rico e poderoso de todos era o pai da noiva, que, ao encontrar a filha, e, já curado de sua paixão, abraçou-a e disse estar muito contente em reencontrá-la.

Neste momento apareceu a madrinha da princesa e contou a todos a história de *Pele de Asno*." (Nissenbaum e Levy:103).

Tal como Édipo precisou expiar suas culpas, furando os olhos e morrendo numa vida errante, também a menina ameaçada de incesto pelo pai foge e se esconde para não sucumbir a esse assédio. Como este exemplo ilustra muito bem, o conflito edípico pode encontrar solução através do conto de fada. Como afirmam Nissenbaum e Levy (1998), a criança está sujeita a sentimentos fortes que ela expressa através de medos.

Os contos de fadas se organizam em torno das interdições e das permissões que estruturam a família e a sociedade, buscando dar conta de temas estruturantes como a nossa origem, o incesto e a morte. Eles permitem que a criança circule seus valores tendo acesso ao mundo polarizado regido pela dicotomia entre feio e bonito; boa e má; tola e esperta. Os contos de fadas tornam as situações acessíveis à mente da criança, ajudando a aliviar as tensões por conseguir encontrar soluções para os problemas humanos. Como o maior problema da criança é o conflito edípico, verificamos em *Pele de Asno* a solução deste desejo:

"Pele de Asno traz isso tudo à tona, desde o desejo edípico, colocado de forma inteligível, mostrando a possibilidade de resolução, até à forma como ela (menina) foi capaz de resistir, transferindo de forma exitosa todo o amor para um outro parceiro. Passou por humilhações, sofrimento, dores, vergonha, mas o

conto assegura que, apesar de todas as provas, Pele de Asno encontra o seu reinado, isto é, **sua vida**. Isto tudo é feito através daquilo que a criança pode entender e, portanto, é significativo." (Nissenbaum e Levy: 116, grifo nosso).

Retomando à questão do incesto pelo viés do mito, verificamos que a história mitológica grega de Hipólito e Fedra ilustra o mesmo tipo de sedução e dominação, que também pode ser exercida pela figura feminina, no caso, uma madrasta. Ela teria tentado seduzir seu enteado, Hipólito, que era filho de seu marido Teseu. Por vingança dos deuses, esta teria se apaixonado por Hipólito. Como ele a rejeitou, Fedra ficou temerosa de ser denunciada e então decidiu acusar seu enteado de tentar seduzi-la. Sua versão convenceu seu marido, que pediu a Posidon para punir seu filho, matando-o. Hipólito foi arrastado por seus cavalos e foi arremessado contra os rochedos.

Eurípedes nos deixou duas versões a respeito do destino culpado de Fedra. Na primeira, ao saber da desgraça que havia provocado, ela teria se enforcado; e na segunda ela teria se matado antes de revelar o seu amor por Hipólito. Embora trágica, esta história revela desfecho semelhante àquele de Pele de Asno, pois mesmo desacreditado pelo pai, Hipólito não cede à sedução de sua madrasta, portanto, daquela que ocupava o lugar da interdição, o lugar da mãe. (Grimal, 1992).

Freud busca no mito de Édipo a explicação para a estruturação da subjetividade humana, ou melhor, para aquilo que vai nos diferenciar dos demais seres vivos. O complexo de Édipo para Freud é o resultado dos desejos, tanto amorosos quanto hostis, que a criança sente em relação aos genitores. Ele pode se apresentar de forma positiva, revelando-se pelo desejo da criança de que o genitor do mesmo sexo morra e o desejo sexual concentre-se naquele do sexo oposto; ou de forma negativa, quando o amor direciona-se para o genitor do mesmo sexo e o ódio e o ciúme para o genitor do sexo oposto. As palavras de Laplanche e Pontalis (1991), condensam o pensamento de Freud a este respeito: "A antropologia psicanalítica procura encontrar a estrutura triangular do Complexo de Édipo,

afirmando a sua universalidade nas culturas mais diversas, e não apenas naquela em que predomina a família conjugal." (p.77).

Freud acredita que as explicações para as relações sociais, a religião, a ética, a sociedade ou as artes estão no complexo de Édipo, que ele articulou a partir do mito, que vimos acima, na versão de Sófocles. Na Conferência XXI (1916 -17), o autor afirma que:

"Não pode haver dúvida de que o complexo de Édipo pode ser considerado uma das mais importantes fontes do sentimento de culpa com que tão freqüentemente se atormentam os neuróticos. E mais do que isso: em um estudo sobre o início da religião e da moralidade humanas, que publiquei em 1913 sob o título de *Totem e Tabu* [Freud, 1912-13], apresentei a hipótese de que a humanidade como um todo pode ter adquirido seu sentimento de culpa, a origem primeira da religião e da moralidade, no começo de sua história, em conexão com o complexo de Édipo." (edição eletrônica, sem paginação).

Em "Esboço de Psicanálise", Freud (1940) mostra a importância que atribuiu às investigações nesta área chegando a afirmar que se a Psicanálise não pudesse se gabar de nenhuma outra realização além do complexo de Édipo, isto já lhe daria o direito de ser incluída entre as melhores aquisições da humanidade.

Constatamos a necessidade de melhor enfocar os conceitos quando encontramos mais uma vez Freud (1939) escrevendo sobre o incesto como uma forma de relação aceita entre outras culturas mais antigas.

"Somos compelidos, antes, a uma compreensão de que o incesto — nesse caso, entre irmão e irmã — constituía um privilégio retirado dos mortais comuns e reservado aos reis como representantes dos deuses, tal como, semelhantemente, nenhuma objeção se fazia a relações incestuosas dessa espécie no mundo das lendas grega e germânica." (pp. 143-144).

Dissemos que nem todas as culturas e nem todos os países do mundo consideram como incesto os mesmos comportamentos. Cohen (1993) nos diz que várias sociedades permitiam que algumas figuras proeminentes transgredissem o tabu do incesto entre pais e filhos, por exemplo, apesar de deixar claro que este tabu era condenado desde o período neolítico. Sabemos que para determinados povos algumas relações são proibidas enquanto para outros a mesma relação não é considerada incesto, podendo este estar localizado em outra relação de parentesco. O que entendemos é que em todas as sociedades há algum tipo de interdição, considerado, para muitos autores como Cohen, um conceito fundante da cultura.

Cohen ainda nos traz exemplos de como, no Egito Antigo, os faraós deveriam casar-se com suas irmãs para homenagear o mito de alguns deuses. E também nos fala de outros casos de incesto no Oriente, onde no Império Persa foi constatado o costume, entre os fenícios, de casamento entre mãe e filho ou ainda entre pai e filha. Para esses povos, a interdição estava situada em outro aspecto do sistema de parentesco, mas com certeza, não deixaria de estar presente, dado seu caráter estruturante:

"Precisamos relembrar, portanto, que o incesto, apesar de ser considerado, desde épocas remotíssimas, um crime hediondo e horroroso, a história apresenta exemplos de sua aceitação e glorificação, baseando-se sempre na origem divina e na pureza do sangue de alguns poucos indivíduos." (p.16).

Quando Lévi-Strauss (1985) aprofunda o conceito de parentesco, isso nos permite ampliar e melhor compreender a questão do incesto e da relatividade, por exemplo, do conceito de família, já que tendemos a pensá-la em termos da família nuclear burguesa:

"Um sistema de parentesco não consiste nos elos objetivos de filiação ou consangüinidade dados entre os indivíduos; só existe na consciência dos homens, é um sistema arbitrário de representações, não o

desenvolvimento espontâneo de uma situação de fato. (...) Então, o que é verdadeiramente "elementar" não são as famílias, termos isolados, mas a relação entre estes termos. Nenhuma outra interpretação pode explicar a universalidade da proibição do incesto, da qual a relação avuncular, em seu aspecto mais geral, é somente um corolário, ora manifesto e ora disfarçado." (p.69).

Segundo Lienhardt (1973), em todas as sociedades, as implicações religiosas ao se ignorar a proibição do incesto, são graves, colocando em perigo não só o casal, mas todo o grupo social, pois seria o equivalente a subverter a ordem social, podendo, por exemplo, envolver toda a comunidade num castigo divino. O episódio do castigo divino, na forma da peste, aparece na versão do mito de Édipo contada por Sófocles. A cidade de Tebas, assolada pela epidemia, só conseguiria alívio quando o assassino do Rei Laio fosse vingado; e as trágicas circunstâncias posteriores revelam que o próprio Édipo era o culpado involuntário do assassinato do pai.

Para o autor, as proibições do incesto e as regras que determinam os critérios de proibição dos casamentos necessitam de uma constante ampliação das relações sociais. A transgressão pode ser pensada como a ultrapassagem dos limites históricos de uma experiência. E da mesma forma como as sociedades precisam estar sempre ampliando suas relações sociais, também as leis precisam estar sempre sendo revistas, pois como nos informa Coutinho (1994) "a lei está sempre se fazendo, ela não é absoluta, não é dada, não é imóvel." (p.167).

Lévi-Strauss trouxe a interpretação da proibição do incesto para o âmbito mais abrangente, ou seja, aquele que considera este tabu como uma conseqüência da passagem da vida animal para a vida humana:

"(...) a proibição do incesto é, na verdade, uma forma de remodelar as condições biológicas da união e procriação, que não conhecem leis, como se pode ver observando a vida animal, obrigando o homem a se perpetuar somente dentro de uma estrutura artificial de tabus e obrigações. É aí, e somente aí, que

encontramos uma passagem da natureza para a cultura, da vida animal para a humana, e que estamos numa posição de compreender a essência mesma de sua articulação." (Lévi-Strauss, apud Lienhardt, 1973:123).

Nem todas as sociedades proíbem as relações entre pais e filhas, ou entre mães e filhos, mas, entretanto, não existe sociedade sem interdição. "(...) nas sociedades de tipo 'Tcherkesse' ou do tipo 'Trobriand' (...) a relação entre tio materno e sobrinho está para a relação entre irmão e irmã, como a relação entre pai e filho está para a relação entre marido e mulher" (1985:59). Toda interdição pressupõe sua transgressão, que por sua vez já está contida no próprio conceito de tabu. Em última análise, todas as transgressões estão referidas ao incesto, ou pelo menos às relações triangulares que são atravessadas pela angústia de castração, onde a questão da falta está presente. A partir desta constatação de perda é que o sujeito passa a desejar outros objetos amorosos, podendo então contribuir para a construção da cultura.

Retomando a questão da transgressão e sua relação com o tabu do incesto, que sempre esteve presente na cultura, retomamos as palavras de Augras:

"O que diz o tabu - Diz o tabu que o mundo é sagrado, percorrido por forças incríveis, que essas forças são muito perigosas porque são a essência da vida. Diz o tabu que nós, pobres humanos, devemos delimitar essas forças, lidar com elas pelo intermédio dos bruxos ou dos políticos. Mas vem a transgressão que nos mostra que o universo flui sem limites, que a vida é um constante brincar entre forças opostas e que essas forças incríveis, sagradas e perigosas, estão em nós." (1989:70).

Lienhardt (1973), em sua análise sobre parentesco, nos permite articular as hipóteses de Lévi-Strauss e este aspecto sagrado mencionado acima ao afirmar que:

"Na base mesma de qualquer família e portanto de todas as variadas formas de relações organizadas entre pessoas como membros de famílias - a base de qualquer sistema de parentesco, em outras palavras - está uma proibição religiosa, a proibição do incesto." (p.122).

Mais importante do que definir o incesto seria estarmos atentos para o fato de que sempre estamos ancorados numa interdição, que é o que vai estar na origem da formação dos tabus sociais. Numa visão psicanalítica, vale lembrar a necessidade da instituição de uma barreira ao gozo sem limite como condição de existência da cultura. Mesmo que não seja a proibição da relação entre mãe e filho ou pai e filha, precisa haver um interdito, uma vez que este é imprescindível por ser da ordem da cultura ou do humano, como nos afirma Lévi-Strauss (1995):

"Malinowski mostrou que nas ilhas Trobriand, marido e mulher vivem numa atmosfera de intimidade terna e que suas relações apresentam caráter de reciprocidade. Em compensação as relações entre irmão e irmã são dominadas por um tabu de extremo rigor. Qual é a situação do Cáucaso? A relação entre irmão e irmã é que é a relação terna, a tal ponto que, entre os Pschav, uma filha única "adota" um irmão que desempenhará junto dela o papel, habitual ao irmão, de casto companheiro de leito." (p.59).

O horror que desperta o incesto e a atração que exerce sobre os homens o que é proibido, nos leva às leis de interdição, que são as mesmas que instituem o tabu, pela necessidade de barrar um desejo proibido. Este desejo precisa de uma lei para ser barrado, mesmo sendo o tabu da ordem do não escrito. E este, (o não-escrito) nos remete ao não-verbalizado e às dificuldades silenciosas que também permeiam as relações entre a criança abusada e o agressor, entre a família conhecedora do abuso e a criança, entre a família e o agressor e entre a família e a comunidade. Seriam essas relações mantidas em função de segredos "sagrados", guardados em nome da preservação de valores familiares? Buscando refletir sobre estas

questões, acreditamos que a contribuição de Almeida Pardo (1992) sobre a função do mito nos ajudará a ampliar nossa investigação:

“É a partir do mito que as fantasias se estruturam, havendo aí uma ação reflexiva, pois os mitos brotam da vida fantasiosa do indivíduo, de sua vida secreta, sua pregnância se devendo sobretudo às fantasias primitivas, onde se assentam a representação que a família faz de suas origens e também a sua noção de integridade.” (p.30).

Vilhena (1991) em seu artigo intitulado "Mito e Fantasia" nos dá importante subsídio para aprofundarmos nossa reflexão sobre a relação entre mito e fantasia:

"(...) o mito é uma transcrição de um ritual mais antigo. Como as lendas e os sonhos, ele provém de fantasias fundamentais do ser humano. Assim, o mito contém, expressa e simboliza a vida fantasmática de um povo. Mas é também a partir dele que se estruturam as fantasias. Tomando como exemplo as três fantasias classicamente reconhecidas – sedução, castração e cena primária -, podemos observar que, além do nome, nada nos indica acerca de suas estruturas. O mito serve então de eco às fantasias, e as fantasias de eco ao mito." (p.93-94).

Então, se o mito provém de fantasias básicas do homem, assim como as lendas e os sonhos, vale voltarmos àquilo que Augras (1982) define como mito, ou seja, "um modelo para se pensar o real." (p.27) E vale lembrar aquilo que Almeida Prado (1992) mostra na relação entre sonho e mito quando afirma que "O sonho é uma produção psíquica que não leva em consideração a contradição e nem ao enquadre realista da relação espaço e tempo, e os mitos, sonhos coletivos da humanidade, tem muito de sonhos." (p.30). E assim podemos dar continuidade a uma reflexão sobre a importância dos mitos e dos segredos familiares, sem perdermos de vista o foco de nossa reflexão.

"Um mito, como conjunto organizado de representações explícitas ou implícitas, pode estar próximo do mundo real ou não. O que nos importa é que estes são independentes de verificação histórica. O que é funcional e pregnante no mito é a parte ligada às fantasias, sobretudo às fantasias primitivas. É lá que se depositam a integridade narcísica e a representação que a família faz de suas origens." (Vilhena, 1991:p.94-95).

A psicanálise, segundo Almeida Prado (1992), tem como objetivo trabalhar a fantasia presente nas produções inconscientes, tais como o sonho, o sintoma, os atos falhos e ou os comportamentos repetitivos. A vida imaginativa organiza e modela toda vida do sujeito, sendo assim, os aspectos do comportamento determinado pela realidade podem ser compreendidos como fruto da vida imaginativa, ou como originários de fantasias inconscientes.

Ainda sob a ótica desta mesma autora constatamos que o mito familiar é o fruto de convicções aceitas *a priori*, mesmo que sem base na realidade, como se fosse algo sagrado ou um tabu, que ninguém colocará em questão. Da mesma forma que o tabu é fundante da cultura, o mito familiar tem a função de manter a concordância grupal e os papéis de cada um; por isso o mito familiar pode ser considerado um dos conceitos mais importantes no estudo da família. Almeida Prado (1992) estabelece importantes articulações entre sexualidade, castração e sedução que nos ajudam a melhor compreender a questão que continuaremos a tratar no próximo ítem:

"O mito familiar traz para o presente as projeções conjugadas dos mais antigos e intensos desejos infantis, relativos à cena primária, sedução e castração." (p.48).

2.2 - Incesto, sedução e abuso

“A angústia nasce na incerteza de um perigo temido; ao passo que a dor é a certeza de um mal já realizado”. (Juan-David Nasio).

Nem todo abuso sexual infantil é incesto, mas todo incesto é abuso sexual infantil? As diferenças entre abuso sexual infantil e incesto seriam importantes para serem pensadas? Onde estariam localizadas as maiores diferenças? Na realidade, em toda situação de abuso sexual infantil está presente a estrutura triangular que caracteriza a relação edípica, havendo aí uma vivência de transgressão do tabu do incesto ou a própria tentativa de negação da triangulação. Assim, seríamos tentados a dizer, talvez, que não haja grandes diferenças psíquicas entre as noções de abuso sexual infantil e incesto. O conceito de abuso sexual infantil é muito mais utilizado do que o de incesto, o que nos remete a pensar sobre a necessidade social de desfocar o incesto, tornando-o mais difuso. Quando Pinheiro (1995) define o abuso sexual ela também o situa em relação ao incesto:

"O abuso praticado contra uma criança não é uma proibição qualquer, é quase equivalente ao tabu do incesto. É um acontecimento para a primeira página dos jornais e que sempre causa escândalo. (...).

Agora a noção de realidade ganhou novo relevo. Não se trata de um acontecimento qualquer, mas de um tabu que não foi "realmente" respeitado." (pp.79-80).

A característica mais marcante do incesto é seu caráter intra-familiar. Entretanto, pode acontecer um abuso sexual sem as especificidades do incesto, mesmo que não seja a prática mais comum, pelo fato do agressor ser, na maioria das vezes, pessoa próxima e da confiança da criança. Talvez fosse interessante pensarmos nas noções de incesto e/ou abuso sexual

infantil a partir de considerações feitas por Lévi-Strauss (1985) a respeito da proibição do incesto:

"Toda sociedade humana, com efeito, modifica as condições de sua perpetuação física por um conjunto complexo de regras, como a proibição do incesto, a endogamia, a exogamia, o casamento preferencial entre certos tipos de parentes, a poligamia ou a monogamia, ou simplesmente pela aplicação mais ou menos sistemática de normas morais, sociais, econômicas e estéticas." (p.393).

Mercier (1974) aponta para a importância da contextualização no universo de cada cultura quando afirma que "para Malinowski, uma cultura deve ser encarada como uma totalidade coerente e, todos os aspectos que apresenta, - parentesco, economia, política, religião -, não podem, de jeito nenhum, ser interpretada separadamente." (p.99).

Encontramos grandes dificuldades quando tratamos a questão do incesto e uma delas é a definição deste conceito. De acordo com o Novo Dicionário Aurélio, incesto é a "união sexual ilícita entre parentes consangüíneos, afins ou adotivos" (p.752) e o Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos, em sua 5^a edição, vai mais adiante, definindo como incesto "a união sexual entre parentes (consangüíneos ou afins), condenada pela lei, pela moral e pela religião" (p.385). Aos poucos, vamos penetrando nesse universo imbricado de dificuldades que envolvem o tema. Como já vimos, nosso Código Penal, não considera o incesto como crime autônomo. Percebendo as dificuldades que envolvem o tema, verificamos também que o segundo dicionário citado define de forma tautológica o conceito de incesto.

O Código Penal em vigor não consegue clareza ao tratar a questão, pois enquadra o incesto somente como agravante genérico de outro crime sexual¹³, como já vimos anteriormente. De acordo com nossa tradição

¹³ Código Penal, (art.224,a c/c art. 61, inc.II, f)

jurídica, se nenhuma lei prevê que uma determinada conduta seja criminosa, por mais amoral ou aética que seja, o autor não terá cometido crime. E o incesto no Brasil não é previsto como crime, embora em muitos países o seja.¹⁴

Nosso Código Civil, em caso de incesto, pode determinar a perda do pátrio poder do pai autor, por exemplo, (Mirabete, 1999). No momento da elaboração do presente trabalho está havendo um grande movimento para que o Poder Legislativo aprecie o projeto de lei que classifica o abuso sexual como crime hediondo. Parece-nos que, da parte da sociedade, este seria um ato a ser punido com mais rigor. Será que este seria um dos motivos que explicaria a forma fatal com que os detentos punem os agressores sexuais acusados de estupro quando chegam às cadeias ou às delegacias? Talvez haja uma defasagem entre os costumes e a legislação que busca estabelecer as regras do convívio social.

O incesto, legalmente, seria a relação sexual entre indivíduos com algum grau próximo de parentesco, proibida por algum código civil ou religioso, estabelecido ou instituído em determinada cultura, em determinado contexto social e histórico. Do ponto de vista psicológico, poderíamos entendê-lo como qualquer contato sexual entre parentes; quer seja por consangüinidade, quer seja por afinidade, pode ser considerado incesto.

Estamos nos aproximando do “muro” familiar de silêncio e sofrimento que se forma em torno da questão relativa ao abuso sexual infantil. Refletir amplamente sobre a questão do incesto e do abuso, em todas as suas determinações, aponta para a necessidade de repensar o lugar que ocupamos enquanto psicólogos, profissionais de saúde, responsáveis pela escuta do sofrimento de pessoas. Esse muro se forma em torno das questões centrais de nosso trabalho, a saber, o silêncio e o segredo que marcam tão duramente o tema do abuso sexual infantil.

¹⁴ Se o incesto acontecer com adolescente entre 14 e 18 anos é considerado pelo Código Penal crime de sedução ou corrupção de menores, mas não é crime autônomo.

No incesto, a lei que interdita o gozo sem limite é transgredida e tem consequências psíquicas importantes para o sujeito que transgredir, não sendo diferente para aquele que sofre o abuso sexual. Como verificamos pelas palavras de Grant (2000), neste aspecto, tornam-se questões da mesma ordem:

"Uma lei que limita o gozo, que interdita e, por isso mesmo, permite uma identidade sexual e oferece um lugar simbólico na cadeia da filiação, um nome. Em outras palavras, é diante de uma perda, de um "não" inicial, que poderia ser formulado como: 'com essa mulher, tu não podes dormir', que todo um leque de possibilidades se abrem para um filho." (p.68).

A função do pai é estruturante a partir da entrada da criança no mundo simbólico representado pela linguagem. Preferencialmente o corte na relação da criança com a mãe deve ser feito pelo genitor,- exercício da função paterna-, introduzindo a lei ou as regras da cultura na relação mãe e filho, que são transgredidas em caso de incesto. Em princípio, é o pai que deve exercer esta função pois é ao pai que se atribui a função de lei. A função paterna se sustenta pelo gozo que interdita e nunca pelo gozo que permite, pois é ela que garante a lei que proíbe o incesto. Lacas (1982), em "A Propos de la loi et de la perversion", fala desse aspecto estruturante da lei edípica:

"Eu chamo de lei social cultural fundamental a *lei que proíbe o incesto*. Trata-se de uma lei não-escrita (da palavra) que determina a diferença entre as gerações, ao mesmo tempo que ela se funda sobre o reconhecimento da diferença dos sexos." (p.25, tradução nossa).

Acreditamos que essa dinâmica em torno da transgressão da lei sustenta-se num jogo de sedução que busca atrair a criança para algo que ela não tem estrutura para escolher. E para ilustrar melhor nossa reflexão recorreremos à definição de Laplanche e Pontalis (1991) sobre a questão:

"Cena de sedução é uma cena real ou fantasística em que o sujeito (geralmente uma criança) sofre passivamente da parte de outro (a maioria das vezes um adulto) proposta ou manobra sexuais.

Teoria da sedução é a teoria elaborada por Freud entre 1895 e 1897, e ulteriormente abandonada, que atribui à lembrança de cenas reais de sedução o papel determinante na etiologia das psiconeuroses." (p.469).

A sedução é ambígua porque não se manifesta necessariamente de forma autoritária nem violenta. Ela pode ser exercida sem que aquele que está sendo seduzido se dê conta deste jogo, onde ele já está, "a priori", determinado a perder. O sedutor, neste caso, traz em si o desejo desestruturante de infringir o tabu do incesto, e mesmo sem se utilizar da força ou da violência física, ele também já sabe que atingirá seu intuito, pois a criança não tem estrutura suficiente para fazer frente ao desejo deste outro, tão arraigado na voracidade da falta de limite.

Partindo das posições de Freud (1913) sobre incesto, gostaríamos de lembrar que não existe uma relação de evidência entre incesto e transgressão a um tabu, mas estamos atentos para o fato de que em nossa sociedade ele se estabeleceu como tal. Freud (1930) ainda nos mostra que o homem fez renúncias em prol da civilização e que a lei existe para que o domínio não seja pela força física, ficando com o Direito a possibilidade de guardar suas peculiaridades¹⁵.

No texto intitulado "A Sombra de Don Juan: A sedução como mentira e como iniciação", Mezan (1993) afirma que "a teoria da sedução naufraga em 1897, mas o tema da sedução permanece vivo". Sem dúvida, pois Freud já afirmava em 1917, na "Conferência XXIII", que abusos sexuais contra crianças eram levados, em conta em sua teoria, por mais que as fantasias

¹⁵ "Os tabus, as leis e os costumes impõem novas restrições, que influenciam tanto homens quanto mulheres. Nem todas as civilizações vão igualmente longe nisso, e a estrutura econômica da sociedade também influencia a quantidade de liberdade sexual remanescente." (Freud, 1930:124)

infantis tivessem um lugar inédito e de destaque nas suas novas considerações:

"Uma fantasia de ser seduzido, quando não ocorreu sedução nenhuma, geralmente é utilizada por uma criança para encobrir o período auto-erótico de sua atividade sexual. Fantasiando retrospectivamente dentro dessas épocas mais primitivas um objeto desejado, a criança se poupa da vergonha de se haver masturbado. No entanto, os senhores não podem supor que o abuso sexual de uma criança por algum dos parentes masculinos mais próximos pertença inteiramente ao reino da fantasia." (Freud, 1917:432).

Mais tarde, em 1925, durante seu "Estudo autobiográfico", Freud veio a redefinir de forma mais precisa suas descobertas a esse respeito:

"Sob a influência do método técnico que empreguei naquela época, a maioria de meus pacientes reproduzia de sua infância cenas nas quais eram sexualmente seduzidos por algum adulto. (...) Eu acreditava nessas histórias e, em conseqüência, supunha que havia descoberto as raízes da neurose subsequente nessas experiências de sedução sexual na infância. (...) Quando, contudo, fui finalmente obrigado a reconhecer que essas cenas de sedução jamais tinham ocorrido e que eram apenas fantasias que minhas pacientes haviam inventado ou que eu próprio talvez houvesse forçado nelas, fiquei algum tempo perplexo. (...) Quando me havia refeito, fui capaz de tirar as conclusões certas da minha descoberta: a saber, que os sintomas neuróticos não estavam diretamente relacionados com fatos reais, mas com fantasias impregnadas de desejos, e que, no tocante à neurose, a realidade psíquica era de maior importância que a realidade material." (Freud, 1925:47-48).

Críticos da psicanálise afirmam que Freud teria autorizado o abuso quando abandonou a teoria da sedução, que se baseia no pressuposto de um convite ao outro para entrar num jogo, que não é feito nem no abuso e nem no estupro. Como afirma Vilhena (2001), no estupro a função da sedução de introduzir o desejo no outro não acontece. E a autora também

nos fala do equívoco de uma visão reducionista onde o abandono da teoria da sedução significa o aval para o abuso sexual infantil. Nesta perspectiva reducionista, a psicanálise estaria autorizando o abuso ao reduzi-lo a uma fantasia e ignorando o que se passa na 'realidade concreta'.

"Para Freud o domínio do inconsciente é inteiramente separado do domínio da vontade e do consentimento, e é neste sentido que não podem ser creditadas à psicanálise as questões *jurídicas* levantadas pelas investigações de estupro. Para Freud, invocar fantasias inconscientes, para remover a responsabilidade do atacante, não é sancionado por esse conceito de inconsciente." (Vilhena, 2001:10).

Concordamos com a posição desta autora de que o maior mérito da psicanálise estaria exatamente na responsabilidade pelo que fazemos. Por isso mesmo, no caso do estupro, a violência do ato não ficaria atenuada por um possível desejo inconsciente da mulher, pois o que estaria em pauta seria o ato cometido sem o seu consentimento.

"Se é verdade que a psicanálise, como qualquer outro conhecimento, é datada e situada em um determinado contexto social, não é menos verdade que nossas leituras e práticas também são historicizadas. Neste sentido, muitas vezes nossas análises tomam como referência apenas os discursos e as práticas sociais que nos norteiam na atualidade.

As mulheres foram para Freud um 'continente negro', sua incapacidade de entendê-las foi alardeada por ele mesmo. A sexualidade, eixo de sua teoria, certamente foi concebida em um cenário muito distinto do nosso. Contudo, atribuir à psicanálise, ou ao discurso freudiano, a responsabilidade social pela degradação e humilhação intencional do outro é, no mínimo retirar dela o que seria seu maior mérito: a responsabilidade e o peso de nossas escolhas." (Vilhena:2001:9).

Pinheiro (1995) corrobora esta hipótese quando nos diz que na visão de Ferenczi - contemporâneo de Freud -, pouco importa se o fato é real ou não,

pois a relação entre verdade e mentira nos levaria a perguntar de que lugar estaria falando aquele adulto que, por exemplo, desmente a criança que sofreu um abuso sexual:

"Nenhuma verdade pode ser eterna e não se torna mentira num determinado momento ou dentro de um dado contexto. Por mais que se pretenda uma verdade absoluta e unívoca, esse intento estará sempre fadado ao fracasso, pois as palavras compõem o enunciado tornaram-no necessariamente ambíguo e de múltiplos sentidos. A sinceridade, portanto, nada mais é do que a aceitação da polissemia e a impossibilidade do unívoco, e a hipocrisia implicaria a negação disto." (p.75).

Birman (1999) traz sua contribuição para a questão da teoria da sedução fazendo uma síntese a respeito do assunto e acrescentando à sua explanação considerações importantes acerca de algumas relações incestuosas:

"Seja pela ênfase atribuída à diferença de idade seja pela de autoridade, a idéia da existência de uma diferença de força entre os parceiros evidenciava a lógica reguladora da experiência traumática e da sedução sexual. Por isso mesmo, estas poderiam ser provocadas na relação de um adulto com uma criança, ou mesmo na relação de duas crianças de diferentes faixas de idade. Contudo, a modalidade de desdobramento dado pelo sujeito a esse impacto originário do sexual definirá a forma psicopatológica futura que acometerá o indivíduo, isto é, o seu destino e o estilo específico de sua perturbação anímica." (1999:25).

Entretanto, o psicanalista Moussaieff Masson (1984), busca retomar a teoria da sedução, que Laplanche (1988) nomeia como *Teoria da sedução reduzida* e que fora abandonada por Freud em 1897, como forma, sobretudo, de afirmar a importância das lembranças daqueles pacientes que se reportam às experiências traumáticas de abuso sexual na infância.

Masson utiliza esta tese para justificar um suposto afastamento da psicanálise do que ele chamou de mundo real¹⁶.

Discordamos desta afirmação, uma vez que não nos parece que Freud tenha efetivamente desconsiderado a tristeza ou a evidência do abuso sexual infantil, como ele já havia deixado claro desde 1917, na Conferência XXIII. Também os psicanalistas que se seguiram a Freud levam em conta e dão importância ao sofrimento dos que viveram esse evento traumático.

Renato Mezan vai reafirmar a importância da lembrança das histéricas para Freud, deixando claro inclusive alguns pontos sobre os quais Freud se encontra com Ferenczi no que diz respeito à formação do trauma:

"Desde o início de suas pesquisas, o elemento traumático não é nunca em si (o ataque sexual do adulto), mas sim a recordação dela por ocasião de uma segunda vivência, que apresenta certos pontos de analogia com a primeira. Esta idéia é absolutamente central em Freud: as histéricas, diz ele, sofrem de "reminiscências", não de choques diretos." (Mezan, 1993:30-31).

Ferenczi em seu texto "Confusão de língua entre os adultos e a criança" (1933) define o abuso sexual como a resposta do adulto com paixão a um pedido de ternura feito pela criança:

(...) as crianças, quase todas sem exceção, brincam com a idéia de ocupar o lugar do progenitor do mesmo sexo, para tornar-se o cônjuge do sexo oposto, isto, sublinhe-se, apenas em imaginação. Na

¹⁶ "Estudos sobre a histeria e Interpretação de sonhos são livros revolucionários como nenhum livro posterior escrito por Freud haveria de ser. É verdade que possibilitou às pessoas falarem sobre a própria vida sexual, o que era impossível antes de seus escritos. Mas, ao desviar a atenção do mundo real de tristeza, infelicidade e crueldade para o palco interno no qual atores representavam dramas inventados para um público invisível que eles mesmos haviam criado, Freud começou a seguir um rumo que levava para longe do mundo real e que, assim parece, está na raiz da esterilidade atual da psicanálise e da psiquiatria no mundo inteiro." (Masson, 1984:135)

realidade, elas não quereriam, nem poderiam, dispensar a ternura, sobretudo a ternura materna. Se, no momento dessa fase de ternura, se impões às crianças mais amor, ou um amor diferente do que elas desejam, isso pode acarretar as mesmas conseqüências patogênicas que a privação de amor até aqui invocada. (...) A conseqüência só pode ser essa confusão de línguas a que fiz alusão no título desta conferência.

Os pais e os adultos deveriam aprender a reconhecer, como nós, analistas, por trás do amor de transferência, submissão ou adoração de nossos filhos, pacientes, alunos, o desejo nostálgico de libertação desse amor opressivo. Se ajudarmos a criança, o paciente ou o aluno a abandonar essa identificação e a defender-se dessa transferência tirânica, pode-se dizer que fomos bem sucedidos em promover o acesso da personalidade a um nível elevado." (1933:103-104).

Este autor não acredita que o trauma esteja na violência sexual em si, mas muito mais no *a posteriori* que em geral desacredita a criança, inscrevendo pela negação e pelo silêncio que lhe é imposto e que está presente no ato de negar, a vivência do que ele chama de trauma desestruturante. Em texto anterior de 1931, "Análises de Crianças com Adultos", Ferenczi já afirmava que:

"O pior é realmente a negação, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento ou até mesmo ser espancado e repreendido quando se manifesta a paralisia traumática do pensamento ou dos movimentos; é isso, sobretudo, o que torna o traumatismo patogênico." (p.79).

Pinheiro (1995) nos fornece subsídios importantes para melhor compreensão da obra de Ferenczi e, em especial, nesse aspecto relativo à descrença do adulto na revelação feita pela criança. O trauma se instaura no momento do desmentido, já que nesta visão o trauma é resultado do desmentido, que torna-se portanto, o responsável pela desestruturação psíquica:

"a confiança se vê ameaçada quando o adulto não corresponde à expectativa da criança: alguém que irá escutá-la, acreditar nela, compreendê-la e ajudá-la a se representar o que aconteceu. Não acreditando na criança, o adulto a impede de representar o ocorrido, furtando-se , ao mesmo tempo, à função de objeto da introjeção. A função de suporte da introjeção é muito importante para a criança, pois é o adulto que lhe permite o acesso ao simbólico, "à colocação em palavras", condição necessária para o acesso às representações de palavra." (Pinheiro,1995:82).

Retomando Ferenczi, esta autora nos diz que o que é proibido são as práticas sexuais com crianças "inocentes" que não tem possibilidade de compreensão e que não tem introjetada, por força da cultura, essa proibição. Sendo assim, Pinheiro (1995) define o trauma, na visão ferencziana como: "o produto de um desmentido do adulto à existência da paixão com que respondeu à demanda de ternura, por parte da criança." (p.14). Ainda a autora sobre o texto "Confusão de língua entre os adultos e a criança":

"uma sedução por parte da criança sob a forma de brincadeira, forma que Ferenczi chamou de linguagem da ternura, que corresponde a um certo parâmetro de organização sexual e psíquica; a essa sedução o adulto responde com a linguagem da paixão, gerando assim uma confusão de línguas." (p.68).

Aquele que transgredir o tabu do incesto seduzindo a criança, a reduz ao lugar do silêncio, mesmo que ela, ancorada num *holding* favorável, mais tarde consiga romper com ele. Tal como o tabu, a respeito do qual não há leis escritas, também a uma criança abusada parece não restar palavra para falar de seu sofrimento. Entretanto, devemos ter em mente que, tal como afirma Ferenczi (1933), este sofrimento só toma forma, depois que a criança ou o adolescente consegue formular sua experiência para alguém que lhe confere legitimidade, rompendo com o muro inicial de silêncio.

Mesmo que Laplanche (1988) não esteja totalmente de acordo com a terminologia utilizada por Ferenczi, como percebemos pelo texto que se segue, "Ainda que a expressão: confusão de línguas não nos pareça completamente adequada" (p.118); ele afirma que este texto pode mesmo ser considerado como "um verdadeiro prefácio da 'teoria da sedução generalizada' " (115), que é a maneira atualizada como ele se refere à teoria da sedução, ou seja, aquela teoria revista depois de 1964-67, quando foram publicadas as cartas entre Freud e Fliess e que teriam permitido uma reavaliação sobre a teoria da sedução.

Nas palavras de Mezan fica muito claro como a sedução ocupa uma função estruturante, já que a criança precisa do adulto para significar a sua vivência, não sendo ela a causadora do trauma, mas sim uma experiência posterior que envolve negação ou descrédito:

"Traumatizante, a sedução o é por seu caráter de enigma, porque carrega consigo a sexualidade e a introduz no psiquismo infantil; e isto, mesmo na concepção ampliada proposta por Laplanche, que aliás associa estreitamente a sexualidade em geral ao traumatismo e ao autotraumatismo. Não é preciso que a sedução conote um ataque sexual direto para que produza estes efeitos traumáticos: a simples existência de um "a mais" que fará irrupção num "a menos" implica uma carga de violência que, por aveludada que seja, deixará sempre um "resto", objeto de repressão. E a sedução comporta uma vertente estruturante, pois é por meio dela que o psiquismo infantil virá a dar sentido a uma série de sensações experimentadas de início sem discriminação, categorizando-as como sensações sexuais." (1993:34-35)

Costa (1999), ao retomar Ferenczi em seu último trabalho, reafirma a necessidade infantil do adulto como facilitador entre o mundo e sua percepção:

"No vocabulário da psicanálise, compreensão não é uma noção metapsicológica, mas um tipo de atitude. No melhor dos casos, poderia significar um

sentimento, assim como o amoroso. Mas o que está em questão é justamente a natureza do vínculo entre a criança e o adulto que descrevemos, na psicologia popular, como amor." (p.108).

Gostaríamos de fazer do sofrimento o foco de nossa preocupação, não para fazer dele um troféu, mas para ampliar nossa reflexão também para a dor das famílias dessas crianças.

"As famílias ficam descomprometidas, incapacitadas por suas angústias catastróficas, incapazes de solicitar ajuda ou, ao contrário sobrecarregadas, não param de soar campainhas de alarme. Destituídas de sua competência psíquica, elas regridem e ficam cada vez mais dependentes à espera de uma ajuda assistencial que substitua a mobilização criadora dos mecanismos de defesa, ao invés de apoiar os recursos psíquicos daquilo que chamamos de resiliência familiar." (Benghozi, 1999: edição eletrônica, sem paginação).

Precisamos nos colocar diante da questão da omissão seja da mãe ou de outro parente, mas gostaríamos também de tentar uma aproximação com a enorme dor que estas pessoas podem experimentar. Dor que muitas vezes cala e que outras vezes clama por justiça, mas que em qualquer situação fala de sofrimentos e segredos familiares. A representação psíquica e cultural da transgressão do incesto é desestruturante, fazendo com que, a ameaça de aniquilamento torne-se por vezes eminente. A família "omissa" sofre e pede para ser ajudada, merecendo a devida atenção.